



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE PLANALTINA – FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

MEMÓRIA VIVA DO ACAMPAMENTO RENASCER:
trajetórias de luta e resistência pelo sonho de conquistar a terra

MARIA DE FÁTIMA ALVES DOS SANTOS

Planaltina
2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE PLANALTINA – FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

MEMÓRIA VIVA DO ACAMPAMENTO RENASCER:

trajetórias de luta e resistência pelo sonho de conquistar a terra

MARIA DE FÁTIMA ALVES DOS SANTOS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade UnB Planaltina como parte dos requisitos para a obtenção do grau de licenciada em Educação do Campo.

Orientadora: Professora Dr^a Maria Osanette de Medeiros.

Planaltina
2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE PLANALTINA – FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

MEMÓRIA VIVA DO ACAMPAMENTO RENASCER:

trajetórias de luta e resistência pelo sonho de conquistar a terra

MARIA DE FÁTIMA ALVES DOS SANTOS

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^a Maria Osanette de Medeiros
(Orientadora)

Prof^a M^a Elizana Monteiro dos Santos (UnB)

Prof. Dr. Eduardo Di Deus (UnB)

Prof. Me. Sérgio Luiz Teixeira (Membro Externo)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos acampados do Renascer que por meio da luta e resistência construíram o sonho coletivo em busca da terra. Dedico as minhas filhas, que acreditam no meu sonho do ingresso na faculdade. Dedico também, a professora Maria Osanette Medeiros por acreditar no potencial deste trabalho e me acolher nos momentos de dificuldades. Ao Companheiro Sergio e a todos que acreditaram neste trabalho.

AGRADECIMENTOS

O que me deixa forte não são os destemperos da vida, e sim a Fé em Deus, a Família, os Amigos e os Mestres que encontro pelo caminho da vida, me impulsiona e faz-me acreditar no impossível. É por esses incríveis parceiros da vida que agradeço:

Agradeço primeiramente a Deus, pela graça da vida, por me acolher em baixo do Seu amparo, por agradecer as batalhas vencidas na trajetória da minha vida.

A minha família, de modo especial as minhas filhas: Thayza Alves Matos e Thamires Alves Matos, aos meus pais: Ambrosia Vieira dos Santos e João Alves Penido, que partiram dessa vida, mas que sonharam comigo na realização da minha formação. Acreditaram e apoiaram em todo momento no decorrer do curso, pois foram capazes de compreender que mesmo com todas as labutas, morando no acampamento com todas as pejeas do ser acampado, pelo processo de divórcio no casamento e tantos outros momentos que vivi. Sua partida aumentou mais ainda as minhas forças para chegar ao final do curso, pois eles me viram ingressar e puderam acompanhar-me na trajetória universitária, mas já não estão aqui para participar da conclusão dessa etapa tão sonhada e a realização de entrar e permanecer na Universidade de Brasília.

Aos meus amigos, em especial ao professor Sergio Luiz e aos amigos/as da turma Margarida Alves, em especial a Diana dos Santos que muitas vezes me aconselharam nos momentos de fraquezas a não desistir do curso; em nossos diálogos também me auxiliaram no desenvolvimento nessa pesquisa. Ajudaram-me a compreender as leituras e o desenvolvimento dos textos que cominou com esse trabalho.

Aos companheiros acampados no Renascer: Salviana, D. Carmem, D. Joana, João Mineiro, Zé Coco e Zacarias; por concederem seus tempos nas rodas de conversas e por acreditarem na relevância da memória dos acampados. Que tão prontamente dispuseram em contribuir nas entrevistas, narrando suas trajetórias de vida, de lutas e resistência no processo de saída de seus territórios até chegada e permanência no acampamento Renascer.

Agradeço ao meu companheiro João Vander, por estar comigo nos momentos de alegrias e tristezas; por encorajar-me quando já não as tinha mais, nos momentos que o cansaço não permitia compreender as leituras e as escritas deste trabalho, estava sempre pronto em dizer: você consegue. Agradeço pelo acolhimento, pela atenção com os afazeres da roça, para que eu pudesse dedicar mais tempo aos meus estudos.

Agradeço de modo muito especial à querida professora e orientadora Dr^a. Maria Osanette de Medeiros, que com muita paciência e sabedoria pode me conferir os caminhos dos teóricos para que eu pudesse concretizar essa pesquisa. Acolheu-me com muito carinho e nos diversos momentos de desespero sempre com palavras e gestos de conforto e esperança.

Aos Mestres e Doutores da Licenciatura em Educação do Campo com muito carinho agradeço pelas suas lições nos espaços de aulas, nos seminários puderam transmitir seus conhecimentos com veracidade para que pudessem compreender o mundo para além da universidade, compreender o real sentido da vida, da coletividade, organização e união.

Agradeço a toda equipe técnica e administrativa da Licenciatura em educação do Campo – LEdoC, que pode conduzir-me neste processo de formação com muitos conhecimentos e competência.

“... como atividade humana e social, a pesquisa traz consigo, inevitavelmente, a carga de valores, preferências, interesses e princípios que orientam o pesquisador.”
(LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 3)

RESUMO

Este trabalho aborda a trajetória de vida dos trabalhadores sem terra do Acampamento Renascer, para compreender como se deu o processo de ocupação, por meio do registro das narrativas de mulheres e homens desde sua ocupação até os dias atuais. Mantendo viva a memória dos trabalhadores sem terra que vivenciam esse processo de luta e resistência, proporcionando às futuras gerações conhecimentos do legado da luta pela terra no Acampamento Renascer. Para o presente estudo foi realizada uma roda de conversa com seis moradores. Mesmo reconhecendo que no acampamento Renascer existe uma quantidade maior de mulheres trabalhadoras rurais, mães e chefes de famílias, mulheres de lideranças dentro das organizações do acampamento Renascer, a quantidade de entrevistados na roda de conversa foi escolhida, igualitariamente: três mulheres e três homens por compreender que a luta pela terra se faz por homens e mulheres, respeitando a igualdade de gênero. A apresentação dos sujeitos históricos foi feita de forma intercalada, compreendendo que todos os entrevistados têm aproximadamente a mesma idade e o mesmo tempo de luta. O resultado obtido neste trabalho aponta que os trabalhadores sem terra do acampamento Renascer mesmo com a morosidade do poder público e as dificuldades durante esse processo, estão firmes no propósito da aquisição da terra para o sustento de suas famílias e acolhem o acampamento como sua penúltima morada segundo expressou na roda de conversa.

Palavras-chaves: Terra. Luta. Memória. Acampamento.

ABSTRACT

This work deals with the life path of landless workers in Renascer Camp, to understand how was the process of occupation, by recording the stories of women and men from their occupation to the present day. Keeping alive the memory of the landless workers who experience this process of struggle and resistance, providing future generations with knowledge of the legacy of the struggle for land in Camp Renascer. While recognizing that in Renascer there are more rural female workers, mothers and heads of families, women leaders within the organizations of the Renascer camp, the number of interviewees was chosen, equally three women and three men for understanding that the struggle for is done by men and women, respecting gender equality. Presentation of the historical subjects was done in an intercalated way, understanding that all respondents are approximately the same age and the same time of struggle. The result obtained in this work indicates that the landless workers of the Camp Renascer, even with the slowness of the public power and the difficulties of this process, are firm in the purpose of acquiring land for the sustenance of their families and welcomes the camp as their penultimate address.

Key words: Land. Struggle. Memory. Camp.

LISTAS DE SIGLAS

ADASA- Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal

CSA-Comunidade que Sustenta a Agricultura

CSE-REPAL- Associação Agroecológica da Comunidade que Sustenta o Extrativismo Renascer
Palmares

CAN - Centro Educacional da Asa Norte

FJP - Fundação João Pinheiro

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM - Instituto Brasília Ambiental

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e reforma Agraria

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LEDOC - Licenciatura em Educação do Campo

MATR- Movimento de Apoio ao Trabalhador e Trabalhadora Rural

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTD - Movimento dos Trabalhadores desempregados

ONU - Organização das Nações Unidas

UNB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1- CAMPOS DE BATALHA – VIVÊNCIA E BUSCA PELO DIREITO A TERRA	15
1.1- Acampamento Renascer: Trajetória e História.....	17
1.2- Do campo a educação – A licenciatura em Educação do Campo.....	19
CAPÍTULO 2- BRASIL: TERRA PARA POUCOS BRASILEIROS.....	21
2.1- Concentrações de terra e desigualdade social.....	21
2.2- Memórias de uma história: luta e resistência pela terra.....	24
CAPÍTULO 3- ACAMPAMENTO RENASCER: A IMPORTÂNCIA DE SE NARRAR A PRÓPRIA HISTÓRIA	26
3.1- Trilhando o caminho em busca da memória.....	26
3.2- O “João Ninguém” – Quem são os acampados?	27
3.3- Deslocamentos: da beira da estrada para o acampamento	29
3.4- Luta pela terra: um chamado? Uma sina?.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	38
ANEXO I.....	41
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido das/dos Participantes da Pesquisa	
ANEXO II.....	42
Fotos dos moradores que participaram da roda de Conversa - 2019	
ANEXO III.....	45
Termo de transferência de domínio	

INTRODUÇÃO

*Mas, para que me conheçam
Melhor Vossas Senhorias
E melhor possam seguir
A história da minha vida,
Passo a ser o Severino
Que em vossa presença emigra.
(MELO NETO, 2000, p. 46)*

O presente trabalho visa refletir sobre a memória viva do Acampamento Renascer: trajetórias de luta e resistência pelo sonho de conquistar a terra. Como parte desse coletivo de luta, senti-me incomodada ao ver que às nossas trajetórias no acampamento não é dada a devida relevância pela sociedade, percebendo que nós acampados somos vistos como sujeitos sem cultura, sem saberes e sem histórias.

Historicamente acredita-se que os grandes feitos trazem como autores a classe dominante, pois nas metrópoles ou na área rural é possível encontrar nomes de avenidas, ruas e lugares com nomes das “pessoas de bem”, enquanto os feitos de luta e resistência dos trabalhadores sem terra permanecem no esquecimento.

Tendo em vista a essa conjuntura, procurei trazer as narrativas do Acampamento Renascer por meio de entrevistas em roda de conversa, a fim de mostrar as vivências e o cotidiano de um acampamento à espera da terra e, principalmente, registrar essa história para que se mantenha viva na memória dos acampados e sirva como instrumento para que as futuras gerações entendam que este não foi apenas um espaço de ocupação, mas, sim, um espaço de organização, luta, festividades, celebrações e resistências. E entendam também que a terra não foi dada, foi uma conquista.

Dessa forma, busco trazer neste trabalho a valorização das vivências das mulheres e dos homens do Acampamento Renascer. Sendo assim, esta pesquisa justifica-se pelo resgate e o registro da história que deve fazer parte do acervo dos acampados para preservar a memória dessa trajetória e oportunizar as gerações futuras o conhecimento da luta pela terra.

Compreendo que a falta de registro de memória compromete essa trajetória. É como se esses acampados não tivessem vivido esse período, o que os torna vulneráveis à ação do poder público e dos exploradores e especuladores da terra. Eis o problema da presente pesquisa. É importante reconhecer o acampamento como lugar de resistência, com uma organização social

que disciplina a convivência coletiva para alcance dos objetivos dos acampados, que é a conquista da terra, em forma de assentamento.

Faço parte dessa luta e desses sonhos pela conquista do direito a terra. Nascida em uma pequena região rural do norte de Minas Gerais, exatamente no Rio Pardo, município de Januária, situado na região do Médio São Francisco, sendo sétima filha de nove irmãos de mãe e pai lavradores, convivi desde criança com a labuta da roça e a falta da educação formal. Diante de um quadro que não oferecia escola às crianças do município, meu pai e meu avô organizaram uma sala de aula em nossa própria casa, pequena, simples, de sapé, mas acolhedora, constituindo-se como espaço de aprender. Foi assim que meu pai e meu avô, grandes homens que lutavam pela educação das crianças naquela região, deram nome de Projeto Aprender a esse espaço escolar.

Foi nessa sala de aula que aprendi as primeiras letras na infância. Logo mais, pela falta de condições de manter a educação dos filhos e pela falta de recursos para trabalhar a terra, meus pais tiveram que vender o pedaço de chão e mudar para a cidade de São Francisco - MG. Nessa cidade terminei o ensino fundamental, já adolescente.

Por falta de condições de trabalho deixei meus pais na cidade de São Francisco e mudei para Brasília - DF, onde fui trabalhar como empregada doméstica e pude estudar à noite para concluir o ensino médio no Centro Educacional da Asa Norte (CAN), hoje Centro de Ensino Médio Paulo Freire. O sonho do estudo e da terra, como espaço para viver, mesmo tendo que ser adiado, sempre esteve presente. Em maio de 2009, me mudei para o Acampamento Renascer onde conheci o Movimento de Apoio ao Trabalhador e Trabalhadora Rural – MATR. Não conhecia nada de movimento social, porém conhecia muito da labuta da vida na roça, visto que meus pais sempre foram trabalhadores do campo.

Em 2014, depois de várias tentativas no vestibular da Universidade de Brasília (UnB), para distintas áreas, ingresso no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC). A Licenciatura em Educação do Campo surge da luta dos Movimentos Sociais pela proposta de mudança por uma educação transformadora, na perspectiva da emancipação humana. Foi nos debates realizados na *I Conferência Nacional por uma educação básica do campo*, em Luziânia, Goiás de 27 a 30 de julho de 1998 que se firmou a ideia de uma educação voltada para o campo e suas especificidades. Como preocupação prioritária nas discussões do evento, a escolarização da população traz a compreensão das especificidades do sujeito do campo nos processos culturais e nas suas relações com o trabalho.

Foi por meio da Licenciatura em Educação do Campo que pude perceber a necessidade de valorização dessas narrativas dos acampados. Nesse sentido, busco registrar a fala dos

moradores acerca de sua própria história procurando na originalidade das falas desses que vivenciam a realidade da opressão e obediência, as marcas das trajetórias de vida.

Dessa forma, o conceito de memória é extremamente relevante neste trabalho. Como fundamento teórico para a pesquisa, foi nos escritos da estudiosa Ecléa Bosi, em específico sua obra *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos* (1994), que encontrei a relação entre memória, história e identidade. Bosi aponta que:

[...] o modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalha-las, vai paulatinamente individualizando a memória e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique o que signifique. O tempo da memória é social, não só porque é o calendário do trabalho e da festa, do evento político e do fato insólito, mas também porque repercute no modo de lembrar. (BOSI, 1994, p.31).

É assim, por meio da lembrança e da memória dos acampados, que a história do Acampamento Renascer desponta como espaço de narrativas únicas e singulares, que neste trabalho se desdobram em três capítulos. O primeiro capítulo O campo de batalhas – vivência e busca pelo direito a terra, aponta a luta pelo direito a terra e a relevância das ocupações para esse processo dentro da terra que a União destina ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a realização da Reforma Agrária. O segundo capítulo apresenta a temática: Brasil: terra para poucos brasileiros, no qual se procura debater acerca do problema de distribuição de terras no Brasil.

No terceiro capítulo conto a história da trajetória dos acampados, a partir das falas durante a roda de conversa, tendo como questões norteadoras a origem, trajetória de vida e o encontro na beira da estrada; lutas dentro do Acampamento Renascer, desistências e resistências; bem como importância da terra para os entrevistados. Por fim, apresento as considerações a respeito da pesquisa.

Capítulo 1

O campo de batalhas – vivência e busca pelo direito a terra

*Severino, retirante,
muita diferença faz
entre lutar com as mãos
e abandoná-las para trás
porque ao menos esse mar
não pode adiantar-se mais.*
(MELO NETO, 2000, p. 71)

Terra é sempre terra. A luta pela terra no Brasil e sua ocupação é um importante instrumento no processo da reforma agrária, constituindo-se em estratégia de ação coletiva adotada por movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, um importante feito de acesso à terra. Esse é um meio de pressionar o Estado para a desapropriação de áreas consideradas improdutivas, tornando-se um espaço de resistência construída no dia a dia dos acampados e ao mesmo tempo trás a revelação das desigualdades sociais geradas pelo latifúndio.

Trata-se, portanto, de uma construção histórica, dado o nível de tomada de consciência da realidade que a ocupação proporciona, por meio de um processo educativo-participativo, que começa com o planejamento da ação de ocupar. O termo ocupação foi cunhado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e “foi estratégico na formulação das bases de justificação e legitimação do Movimento e na demanda pela realização da Reforma Agrária no Brasil” (ROSA, 2012, p. 510).

O problema de concentração de terra no Brasil compromete seriamente a vida de grande parte da população. Dados do Censo Agropecuário de 2006 apontam as diferenças entre grandes e pequenas propriedades em número de estabelecimentos e no percentual que representam no total das áreas rurais do país.

Os grandes estabelecimentos somam apenas 0,91% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros, mas concentram 45% de toda a área rural do país. Por outro lado, os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares representam mais de 47% do total de estabelecimentos do país, mas ocupam menos de 2,3% da área total (OXFAM, 2016, p. 8).

De acordo com os dados anteriormente citados, podemos sintetizar que há muita terra nas mãos de poucas pessoas e pouca terra nas mãos de muitas. Revela-se, assim, a imperiosa

necessidade de uma política de Reforma Agrária no país para que se possa gerar renda e trabalho por meio do acesso à terra.

Nas ocupações de terra, os trabalhadores sem terra enquanto sujeitos sociais encontram como meios de fazer as políticas de Reforma Agrária. A geografa Marta Inez Medeiros Marques reflete como “ocupar, porém não representa simplesmente uma transgressão; o objetivo principal dessa ação é criar um fato político para, a partir dele, inaugurar um processo de negociação com o Estado”. (MARQUES, 2004, p. 147)

Nesse sentido pode-se afirmar que as ocupações da terra têm pelo menos duas finalidades: “a) promover o direito do acesso à terra para quem deseje fazer um uso social justo de sua propriedade; b) estabelecer limites ao direito de propriedade em casos de uso meramente especulativo do solo brasileiro, de cultivos ilegais e da exploração ilegal de trabalhadores” (ROSA, 2012, p. 512).

Renomado geógrafo brasileiro, Bernardo Mançano Fernandes, possui pesquisas voltadas para os movimentos socioterritoriais bem como a geografia agrária, aponta que o “acampamento é um espaço de luta e resistência. [...] O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agraria” (FERNANDES, 2013, p. 21).

A concentração de terras em poucas mãos no Brasil faz prevalecer às desigualdades sociais, que podem ser pintadas em um quadro com baixos índices de Desenvolvimento Humano. Os principais índices, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), apontados pela Fundação João Pinheiro (FJP) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) são a dificuldade ou falta de acesso aos serviços básicos nas áreas de saúde, educação, transporte público, saneamento básico, desemprego, desnutrição, entre outros, deixando aqueles que não possuem acesso e direito a terra legados a uma condição sub-humana (BRASÍLIA, 2017).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base em indicadores sociais, como demografia, famílias, educação, trabalho, distribuição de renda e domicílios apresentam as desigualdades sociais e econômicas no Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Pnad (2011-2015) e IPEA, de abrangência em todo o Território Nacional. Essas pesquisas apontam que embora o Brasil esteja entre os dez países com o PIB mais alto, é o oitavo país com o maior índice de desigualdade social e econômica do mundo.

O propósito das ocupações no Brasil é uma ação para pressionar os poderes públicos a consolidar a partilha da terra pela Reforma Agraria. “As ocupações de terra são hoje a principal estratégia de ação coletiva adotada por movimentos sociais que lutam pela realização de uma reforma agraria no Brasil” (ROSA, 2013, p. 509).

A primeira demonstração de ocupação de terra ocorreu no Rio Grande do Sul em janeiro de 1962, na fazenda Sarandi, com mais de mil famílias que desejavam conseguir um pedaço de terra. Tendo em vista que a expressão “invasão de terra” remetia a ilegalidade, na década de 1960 e 1970, passa a ser ressignificado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), como ocupação de terra.

1.1 – Acampamento Renascer – Trajetória e Historia

O acampamento Renascer está situado na gleba 127 da fazenda Sálvia, localizada a 25 quilômetros da capital federal na rodovia DF 330, km 03, em área pertencente ao patrimônio da União. As cidades mais próximas são Planaltina e Sobradinho, Distrito Federal. Os meios de acesso são veículo particular, carro de tração animal, bicicleta e ônibus escolar, sendo este só para os estudantes da comunidade. A pavimentação asfáltica termina 4 km antes de chegar à comunidade. No último levantamento realizado pela equipe de funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA - SR 28), em março de 2018 foram cadastradas 102 famílias.

Esse cadastro foi feito pelos técnicos do INCRA que utilizaram recurso tecnológico como filmagem dos barracos, fotografias, mapeamento por satélite, entrevistas e um conjunto de questões registradas em formulário. No atual momento a comunidade está aguardando a liberação técnica do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), para autorizar a licença ambiental da implantação do assentamento. O processo de assentamento percorre os trâmites judiciais, deixando as famílias na expectativa de serem selecionadas para o processo de assentados. O IBRAM não emite a licença provisória de criação do assentamento, pois alega que a área é uma reserva de proteção de animais silvestres. A contravenção está justamente na história do terreno. A gleba ocupada era área de pastagem de grileiros que tinha o uso da terra.

É neste contexto, que moradores vindos de diversas regiões do Brasil, em busca de um pedaço de terra, permanecem acampados nessa área que pertence à União. Uma vez deslocados da beira da estrada às margens da rodovia DF 330, ficaram acampados embaixo da tão conhecida lona preta no ano de 2004, as famílias permaneceram em condições de precariedade e muita poeira em media de três anos, o que tornou mais resistente cada família na busca por igualdade de direitos.

Assegurados na Constituição Federal de 1988 e na lei nº 8.629, nos capítulos III e IV, aprovada em 1993, que delibera a distribuição das terras consideradas improdutivas ou as que não fazem uso social da mesma para que seja desapropriada para fins da Reforma Agrária. Assim como grandes áreas sem a função social na área do acampamento Renascer, que antes serviam de pastagem encontrou-se a terra em estado precário, desmatado, sem conservação do solo das nascentes. Os acampados percebem que por muitos anos a terra degradada sem a preocupação do poder público em conservar o solo, traçam projeto de reflorestamento com plantio de mudas nativas e frutíferas, para que essa área permanecesse reflorestada, recuperando as nascentes, tão importantes para a sobrevivência na localidade e em âmbito regional, como é o caso das nascentes que abastecem o Rio São Bartolomeu, vital para o abastecimento do Distrito Federal.

Nessas áreas antes só havia o gado, que compactava a terra, fazendo quase desaparecer as nascentes. O projeto, uma parceira com o Banco do Brasil, auxiliou os moradores com insumos e cursos sobre coletas e plantio das sementes e das mudas nos ambientes a serem reflorestados e teve a duração de um ano e meio (2013 a 2015). Nesse período a comunidade se organizava em duplas para manutenção do viveiro. Por motivo de desentendimento da coordenação do Movimento e o gestor do projeto o viveiro foi desativado, pois o coordenador colocou as mudas à venda sem consulta à comunidade e sem repasse dos recursos adquiridos pela negociação das mudas. Esse fato deixou os moradores desmotivados, tendo em vista que a manutenção do viveiro dependia dos recursos gerados pela venda das mudas.

Antes de um valor comercial, as mudas destinavam-se ao reflorestamento e conservação das áreas degradadas. Diferente do modo de produção capitalista, que usa a produção para a venda, o acampamento tem um olhar diferente, que se distancia da lógica do valor econômico e adota o viés do valor de conservação do solo, proteção às nascentes e a produção de águas.

Para os trabalhadores camponeses o cuidado com o chão e com a natureza distancia-se da lógica capitalista, do monopólio da terra. O que se faz nas grandes lavouras da monocultura força a terra a dar aquilo que não é da sua natureza, trata o solo com correções, como se a terra estivesse errada. A lógica do trabalho com a terra sobrepõe à lógica do capitalismo.

A antropóloga Ellen F. Woortermann, afirma que para o camponês “O trabalho do homem implica respeito para com a terra (e a natureza em geral), esperando dela aquilo que ela pode e quer dar, isto é, os alimentos que são capazes de produzir” (WOORTERMANN, 2004, p. 133). A dimensão ética do respeito com a natureza fez a comunidade de acampados do Renascer procurar conhecimentos para reflorestar a área das nascentes, antes entregue à ação do gado.

A realização de acordo entre o Movimento de Apoio ao Trabalhador e Trabalhadora Rural (MATR) e o INCRA, para a retirada do acampamento da beira da estrada e ocupar a área onde atualmente está o acampamento Renascer, favoreceu a recuperação da área degradada.

No ano de 2009, a União concede o Termo de Transferência de Domínio da gleba 127 da Fazenda Sálvia ao INCRA. Este documento destina a terra da União para que aconteça a Reforma Agrária, em específico entre: o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), MATR, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A saída do acampamento da beira da estrada na DF-330 para um novo local deu-se com a promessa de que em pouco tempo haveria o parcelamento da terra para os acampados, dando o caráter de legalidade para esse grupo. É necessário compreender que para o conjunto dos acampados a terra é um bem sagrado, que deve ser cuidada e não explorada. Nesse sentido, ela deve ser uma simbiose do ser humano e com terra, para que produza insumos para o próprio consumo e também para o usufruto da comunidade.

Além das lutas pela sobrevivência, pelo espaço e sua organização social e política, há os embates próprios da vida no acampamento e a busca por direitos básicos como educação, saúde, saneamento básico, transporte, entre outros.

Miguel Gonzalez Arroyo, pesquisador da área da Educação, em sua extensa obra busca refletir sobre possíveis formas que a educação se estrutura e para quem é destinada. O autor afirma que “Os movimentos sociais colocam a luta pela escola no campo dos direitos. Na fronteira de uma pluralidade de direitos: a saúde, a moradia, a terra, o teto, a segurança, a proteção da infância, a cidade” (2003, p. 30).

Foi como acampada e no MATR que pude conhecer esses direitos. Fui à busca do meu sonho de uma formação para além das salas de aulas convencionais; procurava algo que pudesse me proporcionar uma formação como pessoa humana, como profissional capaz de refletir sobre a terra e a luta por essa.

A luta pela terra surge de um sonho, de uma realidade de exploração e expropriação que remete à busca de novas formas de vida, pressupõe tomada de decisão que se dá em um processo que vai sendo gestado, pensado, vivido. Primeiro vem a ocupação, depois o acampamento, importante instrumento de luta pela conquista da terra almejada.

1.2 – Do campo para a educação

A particularidade na organização curricular do curso de Licenciatura em Educação do Campo ofertado em Alternância, constituída de dois tempos articulados, denominados Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC), oferece uma metodologia que se preocupa com o ingresso de jovens e adultos na educação superior sem deixar de viver no campo, bem como objetiva facilitar o acesso e a permanência no curso dos professores em exercício nas escolas da educação básica (MOLINA; SÁ, 2013, p. 466).

O processo formativo na licenciatura em Educação do Campo, junto com o processo da luta pela terra, direciona os educandos em busca de uma educação diferente dos moldes tradicionais, propondo-se a uma formação de “educadores que sirva como referência prática para políticas e pedagogias de Educação do Campo” (PPP, 2009, p. 3).

Essa formação política e humana que o curso da Licenciatura em Educação do Campo proporciona uma tomada da consciência política na práxis organizativa. Pois a organicidade que é uma dos diferenciais no curso da LEdoC, possibilita o estudante a envolver cada vez mais com o seu processo de construção do conhecimento, por meio dos seminários, análise de conjuntura e no próprio momento da organicidade.

A influência da organicidade contribui para que os estudantes assumam o papel participativo nas tomadas de decisões políticas, sociais e culturais que envolvem a comunidade que pertencem. O pertencimento à comunidade traz aspectos importantes que os educandos vivam juntos às experiências da práxis social, no compromisso de que se assumem uns com os outros, nas tomadas de decisões coletivas.

Nesse sentido, a educação ao se unir com vivência de luta no campo proporciona uma ação por parte dos acampados mais consciente. A luta pela terra se dá em busca de direitos sobre a terra em uma tensão entre aqueles que acampam e o aparato legal público. Os acampados sempre em uma posição mais vulnerável ficam a mercê das ações públicas. Entretanto, a partir do momento em que a educação formal chega nesses acampamentos espalhados pelo país, e a própria comunidade entende que seus conhecimentos sobre a terra, sua cultura e suas tradições também são dignas de registro, de estudo e pesquisas na área.

Capítulo 2

Brasil: terra para poucos brasileiros

*Quem sabe se nesta terra
não plantarei minha sina?
Não tenho medo de terra
(cavei pedra toda a vida),
e para quem lutou a braço
contra a piçarra da caatinga
será fácil amansar
esta aqui, tão feminina.
(MELO NETO, 2000, p. 58)*

2.1 – Concentração de terra e desigualdade social

Difícilmente teremos um Brasil em que caibam todos os brasileiros. A história do país desde a colônia sempre designou as riquezas da terra entre os que eram mais afortunados, deixando para aqueles que não possuíam grandes recursos às margens: sem terra, sem educação, sem direitos. Historicamente, fora preparado para a grande massa de brasileiros o trabalho excessivo, os baixíssimos salários e exclusão social. Vê-se que a propriedade de terra sempre foi e continua sendo um cabedal da nobreza, vinculada à exploração do trabalho e dos frutos da terra.

Os princípios e métodos da conquista a terra e suas riquezas contemplou as astúcias, da terra “conquistada,” em colônia de exploração da força de trabalho apoiado pelo poder jurídico; hostilizou-se ao trabalhador sem terra a procurar saída nas organizações dos movimentos sociais.

Um dos fatores fundamentais para superar a pobreza no Brasil e as desigualdades sociais é a distribuição de terra. Estudos apontam que os índices de concentração fundiária trazem graves consequências para o desenvolvimento, em especial no âmbito municipal, como revela (OXFAM, 2016). Toda pessoa tem direito à propriedade, segundo o preceito constitucional expresso no art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

A história se encarrega de mostrar que acesso a terra não foi promulgada por meio da igualdade ao direito consolidado e legitimado em forma da Lei. O que percebemos é que o

direito a terra ficou estagnado na Lei de Terras de 1850, que declara que a propriedade privada da terra só será acessível através da compra ou por meio de herança.

É válido lembrar que desde as Capitanias Hereditárias a divisão de terras no Brasil perpassa a questão dos interesses privados, passando de pai para filho das famílias tradicionais, legando para aqueles que vieram para esta terra à exclusão desde o início da colônia portuguesa, perpassando o Império e legando para a contemporaneidade uma paisagem de exclusão social que pode ser remontada por mais de 500 anos. Assim o acesso e o uso da terra, desde os tempos mais remotos, é uma estrutura agrária capitalista, que excluiu a classe trabalhadora rural do direito aos seus meios de produção, ou seja, a própria terra.

Nesse sentido, “(...) o monopólio da terra, nas condições pré-capitalistas de nossa agricultura, assegura a classe latifundiária uma força maior do que o poderio econômico, outra espécie de poder que frequentemente supera e sobrevive aquele – o poder extra econômico” (GUIMARÃES, 1989 p. 35). Não é por acaso que os trabalhadores camponeses estão indo contra a corrente do modo de produção capitalista, os Movimentos Sociais Sem Terra buscam extirpar, romper com as amarras do sistema latifundiário feudal-colonial da produção agrícola comercial constituída para a exportação.

De acordo com Sauer (2010), o modelo agrícola e agrário brasileiro, apesar dos altos índices de lucratividade, vem aprofundando a crise no país em diversas frentes: pobreza, exclusão social, perda de autonomia do sujeito, mazelas ambientais tais como a destruição do cerrado, avanço do desmatamento sobre a floresta Amazônica (SAUER, 2010 p. 161). Compreendendo que a crise se dá por conta do modelo adotado no processo histórico de concentração das grandes propriedades fundiárias, observa-se que a emancipação realizada durante esse processo histórico-social foi do capital e não da classe dos trabalhadores do campo, que continuam na luta pelo direito a terra.

É preciso perceber que a luta pela terra não se trata simplesmente da busca por uma conquista puramente econômica, pensada somente pelo viés financeiro. A dimensão simbólica que essa luta carrega impulsiona as transformações sociais e culturais. É essa dimensão que percebemos nos acampados do Acampamento Renascer, que buscam com a conquista da terra o direito a tão famigerada cidadania democrática e dignidade, para poderem sustentar suas famílias, mas para, além disso, celebrar as festividades que são próprias da cultura do campo expressa através do coletivo entre os acampados.

A labuta na terra, as tradições e a cultura do campo – e estes são tão diversos quanto se é possível, levando em consideração as regiões e as particularidades de cada comunidade – estão

enraizados nas ancestralidades que acompanham as trajetórias das celebrações dos plantios e das colheitas das roças.

A identidade dos acampados está vinculada à sua relação com a terra, entendendo que esse território que foi e é cenário de conflitos e alegrias, tem por toda parte uma maneira de viver, de sentir, de pensar, de se relacionar com a natureza que humaniza na realização do trabalho a produção. Marques (2004) nos aponta que a vivência do camponês é especificada pela forma que este se coloca diante da terra:

Entende-se modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a um a ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, construído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e vínculos de solidariedade, informadas pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade. (MARQUES, 2004, p. 145)

Os trabalhadores camponeses ao procurem se libertar do modelo de trabalho imposto pelo capitalismo que exaspera o individualismo, o mecanismo e a venda da força física de trabalho; busca vivenciar na práxis do trabalho a simbologia do vínculo familiar, a coletividade, o cuidado com a terra, o alimento de qualidade na mesa da família e da comunidade em geral, do campo e da cidade.

Um lugar das tradições religiosas, das festividades, das curas fora do consumismo da indústria farmacêutica, a terra é também um espaço de conscientização política por direitos dos excluídos, desde os primórdios da colonização do Brasil. A luta dos movimentos sociais não é meramente por direito à terra, é também a prática da formação humana, pois, é nos movimentos sociais que se forma um novo sujeito. A figura do camponês caipira e jeca passa para uma dimensão que vê o trabalhador constituído como sujeito de direitos, desejos, que altera o estigma de um camponês atrasado, ignorante, para um sujeito com atuação política e social visando às transformações do seu tempo e da sociedade onde vive.

Conforme Caldart (2000),

É através de seus objetivos, princípios, valores e jeito de ser, que o Movimento intencionaliza suas práticas educativas, ao mesmo tempo que, aos poucos, também começa a refletir sobre elas, à medida que se dá conta de sua tarefa histórica: além de produzir alimentos em terras antes aprisionadas pelo latifúndio, também deve ajudar a produzir seres humanos ou, pelo menos, ajudar a resgatar a humanidade em que já a imaginava quase perdida (CALDART, 2000 P. 199).

Nesse sentido, o envolvimento dos moradores no acampamento mediante as tarefas que necessitam ser desempenhadas, para o seu funcionamento, foi fundamental para atuação coletiva,

visando à distribuição de responsabilidades e o desempenho dos diversos papéis que uma comunidade dessa natureza exige. No caso do Acampamento Renascer, organizamos os grupos com as famílias para o desenvolvimento dos trabalhos como: grupos da educação, saúde, plantio coletivo, criação de animais de pequeno porte, constituindo, assim, a organicidade do acampamento.

Dom Tomás Balduino, teólogo brasileiro com destaque por seu envolvimento nos debates acerca da Reforma Agrária, afirma que “Terra é dignidade, é participação, é cidadania, é democracia. Terra é festa do povo novo que, por meio de mudanças, conquistou a liberdade, a fraternidade e a alegria de viver” (BALDUINO, 2004, p. 25).

Compreendendo essa dimensão particular da vivência no campo, milhares de pessoas se juntam aos movimentos sociais e sindicais em busca de um pedaço de chão para *chamar de seu*. Mas para, além disso, os trabalhadores excluídos do sistema produtivo, que vivem às margens das cidades, ao se engajarem na luta pela terra, passam a vivenciar a solidariedade, a cooperação, a coletividade. Ele deixa de ser mais um no meio da multidão, deixa de ser um “João – ninguém”, e passa a ser um sujeito com visão política e social que lhe possibilita desempenhar um papel mais ativo na sociedade, com vistas ao bem comum, fazendo parte agora de um coletivo, mantendo vivas as tradições e a força da ideia de comunidade. Marques afirma que:

O contato com outras realidades e novas experiências vividas lhe possibilita mudar o pensamento, tanto pela constatação das dificuldades e violências que cercam a vida urbana, o implica a valorização do modo de vida camponês, quanto pela descoberta de novas formas de fazer política. (MARQUES, 2004 p. 146).

Saindo desse estigma de despolitizado, o trabalhador do campo promove novas formas de política, que saciam suas necessidades específicas, muitas vezes legada ao esquecimento pelo poder público, que vira as costas para a população do campo. Dom Tomás Balduino aponta que “Direitos Humanos não se pedem de joelhos. Exige-se de pé”. Os trabalhadores camponeses jamais ajoelham para conquistar seus direitos e a liberdade, por mais que venham as tempestades, continuam sempre de pé no enfrentamento dos tempos escuros das políticas do governo.

2.2 – Memórias da luta e resistência pela terra

Compreendendo que os acampados são originários de diversas regiões do país, tais como Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Piauí e Tocantins, observamos diversas tradições e abordagens regionais relacionadas à terra. Alguns dos sujeitos que estão no acampamento

renascer, deles se encontraram na região do Pípiripau – DF, vindos diretamente de suas regiões. Do Pípiripau foram transferidos de um acampamento formado pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, na rodovia 330. Os demais, habitantes no DF, juntaram-se a esse grupo de acampados. Todos são originários do campo, nasceram e se criaram, e no movimento entre a cidade e o campo sempre estiveram em busca de terra, para se manterem e viver com dignidade.

O ponto de encontro para essas pessoas vindas de diversas regiões do país foi o acampamento na beira da estrada, com seus destinos traçados pelo mesmo motivo: a luta pela terra, eles lutam e resistem, mas até hoje vivem a incerteza e o sonho de ter a terra é diariamente adiado, porque não depende de somente dos acampados e sim, das políticas de Reforma Agrária.

A socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva, na obra *A luta pela terra: experiência e memória* (2004) reflete como o acampamento é “ponto de encontro, encruzilhada de destinos iguais, ponto final de muitas errâncias e poucas certezas” (SILVA, 2004 p. 78). Para os acampados Renascer, a reflexão de Silva nos aparece acertada, já que o que desejam esses trabalhadores rurais que sonham em serem assentados na terra. No entanto, não é tão simples o processo de assentamento, como também não é novo o problema agrário no Brasil.

Seus raízes históricas mais significativas se encontram na antirreforma agrária de 1850 - a Lei de Terras, que substituiu em definitivo o regime colonial das sesmarias e o regime transitório vigente entre 1822 e 1850, este último que legitimava o direito à posse fundiária. A moderna Lei de Terras brasileiras de 1850 trabalha na contramão da concessão de direitos legais às inúmeras situações de posse precária dos quilombos, aldeamentos indígenas, posses isoladas e mesmo pequenas propriedades não registradas formalmente nos registros paroquiais ou em cartório do interior. Tudo isso é ignorado, e o único direito reconhecido é aquele originado da compra e venda em dinheiro, das heranças evidentemente do acervo de sesmarias, devidamente registrados em cartórios ou paróquias (DELGADO, 2018, p. 265).

A verdade é que a questão agrária no Brasil está posta para os donos do capital, cujas disputas pelo direito a propriedade fazem emergir um pacto político e econômico dominante no Brasil. Pacto esse de conivência do poder jurídico da Lei de terras de 1850, legitimando a usurpação das terras. O direito aos verdadeiros proprietários da terra, os que fazem o uso social, ainda não foi resgatados. Neste sentido, caminha para uma barbárie rural, deixando aos camponeses acampados a própria sorte.

Capítulo 3 – Acampamento Renascer:

A importância de se narrar sua própria história

*Tenho de saber agora
Qual a verdadeira via
Entre essas que escancaradas
Frente a mim se multiplicam.
(MELO NETO, 2000, p. 51)*

3.1 – Trilhando o caminho em busca da memória

A memória é a propriedade sagrada: não se cede e nem se vende. Ao sair da sua terra natal, os sujeitos levam consigo toda vivência da infância, juventude e da idade madura. O tempo para as famílias mais pobres, só acrescenta nas suas caminhadas os espinhos, as dores e sofrimentos causados pelas longas esperas de dias melhores. Para os que saíram de diversas partes do Brasil, carregaram consigo o mais valioso tesouro, as lembranças familiares.

Dessa forma, as trajetórias são múltiplas, mas os desejos são comuns naqueles que enfrentam a luta pela conquista da terra. Assim, as entrevistas realizadas durante a pesquisa, nos mostram narrativas originais e os anseios da população do campo.

Esta pesquisa é de cunho exploratório e traz consigo elementos que possibilitaram gerar dados para ler e compreender a realidade pesquisada com abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2009, p. 21).

Para o presente estudo foi feita uma pesquisa com 06 moradores do Acampamento Renascer, utilizando-se a roda de conversa, na humilde casinha de chão batido da senhora Maria de Fátima, casa simples de material reciclável, como tantas no acampamento. Simples, porém rodeada de frondosas árvores: ipês, pequis, abacates, barus, pitombas, ingás laranja e cinchas. Na roda de conversa com homens e mulheres acima de sessenta anos de idade, trabalhadores do campo, com objetivo de perceber nas suas vivências, sua história na luta por terra, desde a primeira ocupação até a fundação do Acampamento Renascer. O critério para escolha desse

grupo foi pelo fato de fazerem parte do acampamento desde a ocupação na beira da estrada e carregarem consigo as experiências vividas no campo.

Desse modo foi possível relacionar os depoimentos em busca de pontos comuns dessa trajetória de luta e compreender a relação entre memória e história para identificar nos relatos dos moradores sua percepção da ocupação da terra. Entende-se que cada sociedade humana se desenvolve de acordo com as condições pré-existentes do ambiente em que estão inseridas. Por sua vez, todas vivenciam um mundo marcado pelo influxo das comunicações, assim, as sociedades vivem o presente marcado por seu passado, e são com tais determinações que constroem seu futuro, numa dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo (MINAYO, 2009, p. 12).

Para a realização dessa pesquisa, em busca das narrativas dos acampados, foi feita uma roda de conversa guiada, com perguntas relacionadas às histórias do Acampamento Renascer. Os nomes dos entrevistados foram mantidos na sua originalidade com permissão dos mesmos: senhora Salviana da Conceição, senhor Antônio Zacarias, senhora Carmem, senhor João (João Mineiro), senhora Joana Borges, senhor Antônio Rodrigues Neto (Zé Coco) e senhora Maria de Fátima Alves.

3.2 – O “João Ninguém” – Quem são os acampados?

*O meu nome é Severino,
não tenho outro de pia.
Como há muitos Severinos,
que é santo de romaria,
deram então de me chamar
Severino de Maria;
como há muitos Severinos
com mães chamadas Maria,
fiquei sendo o da Maria
do finado Zacarias.
Mas isso ainda diz pouco:
há muitos na freguesia,*

*por causa de um coronel
que se chamou Zacarias
e que foi o mais antigo
senhor desta sesmarias.
Como então dizer quem fala
ora a Vossas Senhorias?
Vejamos: é o Severino
da Maria do Zacarias,
lá da serra da Costela,
limites da Paraíba*

(MELO NETO, 2000, p. 45)

Os acampados Sem Terra traçam seus destinos rumo a terra, como acontece no poema de João Cabral de Melo Neto, Morte e Vida Severina, vindos de vários estado do Brasil. Somos os retirantes, excluídos, marginalizados, os sobrantes, aqueles que não têm o seu lugar ao meio da sociedade. Assim como muitos Severinos filhas e filhos de tantas Marias, que buscamos no Distrito Federal, em especial no acampamento Renascer, a oportunidade de retomar nossas origens de agricultores.

O acampado Zacarias apresenta-se como um Severino:

Ó meu recado é ligeiro e rápido, sou Antônio Zacarias da região do Piauí na cidade de Parnaíba, de onde foi o meu nascimento. Fui criado com avó, de lá para cá na agricultura da roça. Aí desde criança a gente toca as roças de arroz, pois a gente tem que comer arroz no pilão para fazer o almoço, fazer um dinheiro para comprar uma roupa. Olha só, eu ainda menino, para ver se dá certo né, trabalhando na criação, tudo, tudo na roça (Roda de conversa, 2019).

A apresentação de Zacarias faz analogia aos vários “Severinos” descritos no poema mencionado. São trabalhadores sem terra, retirantes, que seguem o rio, assim como esses retirantes, Zacarias e os demais acampados seguem o caminho da terra. Zacarias aqui é representado por todos os acampados do Renascer, os sem terra sujeitos históricos: senhora Salviana da Conceição, Cabeceira de Goiás, senhor Antônio Zacarias da região do Piauí na cidade de Parnaíba, senhora Carmem da região de Formosa Goiás, senhor João (João Mineiro) de Unaí Minas Gerais, senhora Joana, nascida na fazenda na região de Niquelândia no Goiás, senhor Antônio Rodrigues Neto (Zé Coco) descendente do Guarani, da região da Bahia. A senhora Maria de Fátima nascida em uma pequena região rural do norte de Minas Gerais, exatamente no Rio Pardo, município de Januária, situado na região do Médio São Francisco, que conduzem suas trajetórias em busca de um lugar onde possam produzir e viver.

Morte e Vida Severina, parece conhecer a trajetória percorrida por todos os companheiros e companheiras, nas desistências e resistências, na luta nos caminhos que os trouxeram até à Gleba 127 da Fazenda Sálvia, núcleo Rural Sobradinho-DF. Somos de fato os “Severinos”, os Zacarias, excluídos do direito à posse da terra. Uns seguem o curso do rio, outros, a estrada.

Ao surgir à oportunidade para retornar a terra passamos a compor o coletivo Acampamento Renascer. No início, sob os barracos de lona preta, a rotina era de muito enfrentamento, pois ocupavam a fazenda à noite e durante o dia eram retirados, chegando a ficar dois ou três dias no máximo. A fala de Zacarias aponta essa realidade:

Ali viremos rotina: Nós entrava pra dentro da fazenda à noite, ai tinha que sair, ficava mais uma semana. Entrava na fazenda de novo e tinha que sair. Ficava assim. Entrava e sai da fazenda. Ficamos ai, teve um ano que ficamos oito meses dentro da fazenda e ate plantamos milho e feijão. Você se lembra Zé Coco? É, deu muito milho. Ai tivemos que voltar para a beira da estrada de novo (Roda de conversa, 2019).

No período em que estavam¹ à beira da estrada, os acampados produziam os alimentos para a própria subsistência: mandioca, milho, feijão. Mesmo de forma precária sem espaços e

¹ Nessa época (2004) eu não integrava o grupo de acampados, só vindo a me juntar a esse coletivo em 2009, no Acampamento Renascer.

condições para conduzir suas lavouras, a vontade de produzir marca nos trabalhadores a relação com a terra na perspectiva da oportunidade de um novo local seguro para tocar as roças. Dessa vez não mais à beira da estrada, mas em uma terra com a promessa de serem assentados. Zacarias relembra esse momento da nova ocupação:

Ai, agora vamos para uma fazenda e todo mundo vai ser assentado, aonde mesmo? Quem sabia onde era mesmo? (Roda de conversa, 2019).

Por questões de segurança o local não é revelado, tanto das lideranças que organiza quanto das pessoas que participam das ocupações. Em razão dos aparatos judiciais, das ações dos supostos “donos das terras”.

Escolhido o lugar a ser ocupado, as lideranças informam as pessoas interessadas sobre a partida. Em virtude do caráter sigiloso desse momento, nem todas as informações são veiculadas pelos líderes e coordenadores. Esta é uma estratégia necessária a fim de evitar as ações e reações dos proprietários e dos aparatos judiciais e policiais da ordem instituída (SILVA, 2004, p. 79-80).

O momento da ocupação é algo impactante: o corpo arrepia, o sangue agita, o coração palpita veloz, as pernas tremem. Porém os olhos brilham, as forças emergem e o coletivo se une e a ocupação acontece. Viver esse momento é imprimir na memória um feito histórico, heroico. Essa situação se repete à medida que outras ocupações são necessárias em prol de todos aqueles que lutam por um pedaço de terra.

3.3 – Deslocamentos: da beira da estrada ao acampamento

*Antes de sair de casa
aprendi a ladainha
das vilas que vou passar
na minha longa descida.*
(Melo Neto, 2000, p. 50).

Da rodovia 330 fomos levados pelo INCRA para a gleba 127, em 2009, onde passamos a acampar e deram o nome de Renascer. Ali permanecemos até hoje à espera do assentamento. Zacarias descreve essa nova fase, ao lembrar:

Ai chegou os caminhões do INCRA pra fazer essa estrada que vai dar pra cá, foi assim que nem marimbondo: vrummmm, todo mundo pra cá. Fiquemos dentro dos lotes e fizemos um barraquinho, velho no meio da branqueara, as terras saem hoje, sai amanhã, e estamos até hoje (Roda de conversa, 2019).

Entre idas e vinda de muitas lutas, em busca de um pedaço de terra para produzir e viver melhor, o acampado Zé Coko relata sua experiência nessa trajetória no MST e no MATR na

expectativa de ser beneficiado pela Reforma Agrária e diz que, nessa trajetória, passou a compreender que o direito ao acesso à terra se dava pela organização coletiva dos movimentos sociais do campo e diz:

Aí nós já abriu daí para o Renascer. Começou tá, porque por causa que antes não tinham orientação da militância. Aí foi entendendo como é que as terras ocupadas por maioria pelos fazendeiros. A terra aqui é pública, e nós agora vai comandar essas terras. Pegar um registro do INCRA. O INCRA vai fazer o comando das terras públicas da União, só não pode mexer nas terras não. Ai nós fez uma barraquinha velha de lona, outro de tabua velha é bem assim. Dentro de uma terra da União, a terra da União não tem dono. Aqui antes só tinha boi gordo (Roda de conversa, 2019).

O que o entrevistado traz como elemento para uma reflexão teórica é a organização dos trabalhadores e a questão da terra em si. Como afirma Arroyo (2003), os movimentos sociais têm um princípio, uma matriz educativa em nossas sociedades. Há várias formas nesse processo educativo que acontecem por meio de marchas, acampamentos e assentamentos, em que a coletividade ensina e aprende a organização na base dos movimentos, o conhecimento acerca da terra e sua ocupação, o direito à terra e o projeto de reforma agrária. Entretanto, há uma marca conservadora no país que impede a concretização de um projeto de reforma agrária, conforme destaca a citação a seguir:

O conservadorismo renitente da sociedade brasileira não esmoreceu, contudo, essa luta secular. O século XXI ainda traz extraordinária vitalidade da luta pela terra e da demanda da Reforma Agrária. O acesso à terra é uma alternativa possível de sobrevivência e, mais que isso, a perspectiva de uma vida digna. [...]. É preciso ainda inserir a questão agrária na cena nacional brasileira pela construção de uma memória comum (STARLING; BRAGA, 2013, p.13).

No Renascer passamos a ter outras lutas, vindo a enfrentar opressão pelas lideranças do Movimento e entre os próprios acampados em que uns querem se sobrepor aos outros, sentindo-se com mais direitos para aquisição da terra, chegando a haver morte e queima de barracos em nome de desse direito, como pode ser conferido na fala da Joana:

Ai foi 2004, na beira da estrada e de lá pra o acampamento Renascer, não tinha conhecimento de como era. Aqui tô vendo que a terra é muito importante prá essa velhinha aqui, já tô ficando cansada de tanto esperar. Eu não sei, de vez em quando mais um ou outro companheiro aí já tá indo né. Chega a notícia mais ruim que a gente tá pensando. Eles já sonhou assim, sonhou com a terra Já aconteceu coisa ruim aqui nas famílias, por causa dessa terra. Já teve briga feia, aconteceu morte do meu filho aqui por causa dessa terra (Roda de conversa, 2019).

O tempo para quem está acampado tem a velocidade do vento. Ao entrar na luta pelo sonho da terra, ainda moço, mas pela espera longa da terra a juventude vai esvaindo, e ao perceber esse movimento do tempo, a velhice está presente. Assim é a vida dos acampados como

descreve o senhor João Mineiro ao falar do tempo nesta espera da concretização do assentamento.

Eu entrei aqui com 49 anos, estou com 63 quase 20 anos assim de sonho. O sonho pra mim, é de tratar de tudo né, meu espaço, mesmo que for pequeno, pra plantar mais café, plantar mais um pouquinho de tudo; eu fico praticamente com o quintal. Sabe como é aqui no sem terra. Não tem a terra para produzir ficamos só com os espaços em volta das casinhas, os quintais. (roda de conversa 2019).

Na fala do João Mineiro, o passar do tempo faz com que o trabalhador do campo veja suas forças se esvair ao longo da espera pelo acesso a terra. O sonho da terra fica cada vez mais distante da concretização. Os obstáculos surgem paulatinamente: a perda das forças, a falta de espaços, a espera da criação do assentamento que não chega. O acampado necessita a cada dia provar pelos seus esforços para a sociedade que continua capaz de produzir. A passagem dos dias para os que envelhecem em busca do sonho da terra é um sopro, um suspiro uma vez que sai e não volta. Bosi aponta esses obstáculos ao afirmar que:

A velhice, que é fator natural como a cor da pele, é tomada preconceituosamente pelo outro. {...} O velho sente-se um indivíduo diminuído, que luta para continuar sentindo homem. O coeficiente de adversidade das coisas cresce: as escadas ficam mais duras de subir, os pacotes mais pesados de carregar. O mundo fica erizado de ameaças, de ciladas. Uma falha, uma pequena distração são severamente castigadas. (BOSI, 1994, p. 79)

Esperar é uma angústia para cada um de nós que estamos acampados no Renascer necessita de superar. Esperar pelo poder público, esperar que os sonhos se concretizem com a criação do assentamento, para que assim possamos cuidar da terra, produzir o alimento criar nossas famílias, ter um lugar que possa ser seu. Este é o sonho de todos acampados apresentado na fala da Dona Salviana:

Agora, tô aqui no meu lugar, o povo daqui estamos todos na espera. Mas se olhar ao redor só tem mato, as pessoas não deixam plantar. Tem gente que disse que a terra e deles não deixam plantar. Porque tenho de comprar milho que tá quase R\$ 50,00 o saco e aí, com tanta terra no mato. Se todo mundo deixar todo mundo trabalhar, tem terra demais. Acontece que aqui todo mundo quer ser dono da terra e muita gente não faz nada deixa o mato crescer sem nada (Roda de conversa, 2019).

As divergências sobre como agir e lidar com a terra promovem discussões acaloradas na comunidade. A falta de recursos sempre se apresenta como uma dificuldade a ser encarada. As temporadas de plantio e colheita nem sempre vão de acordo com a necessidade do acampado, acontecendo justamente o que Dona Salviana relata. O mato cresce e os obstáculos para tratar da terra se repetem, deixando os acampados na espera pela ação das instituições públicas.

3.4 – Luta pela terra – um chamado? Uma sina?

*Somos muitos Severinos
iguais em tudo e na sina:
a de abrandar estas pedras
suando-se muito em cima,
a de tentar despertar
terra sempre mais extinta,
a de querer arrancar
algum roçado da cinza.*
(MELO NETO, 2000, p. 46)

É importante observar na trajetória dos acampados a visão que alguns tinham dos “sem terra”, como afirma Salviana, ao falar de sua decisão em atender ao chamado de ir para o acampamento. Com a vivência no acampamento vai construindo um novo sentido da vida do que é ser acampado.

E eu vim. Meu amigo que já vivia no sem terra. Assim, nossa, eu tinha raiva do sem terra. Porque o povo falava que: eu tinha um amigo que vivia no sem terra e sempre ouvia dizer que um dia a terra iria sair, e nunca terra saía de jeito nenhum. Eu pensava, não vou nisso não, não tenho paciência de ficar muito tempo num lugar esperando. E que sem terra e tudo vagabundo e bagunceiro. E como se passava na televisão (roda de conversa, 2019).

No que se refere à luta pela terra, encontramos aquelas pessoas que têm uma visão distorcida, equivocada em relação àqueles que lutam pela terra, especialmente liderado pela mídia que não poupa esforços para desvalorizar a imagem dos movimentos sociais, assim afirma SILVA:

No tocante aos meios de comunicação de massa, dentre eles a televisão, as imagens veiculadas são carregadas de valores negativos atribuídos a essas pessoas. Em geral, elas são vistas como invasoras da propriedade alheia, depredadoras, perigosas, marginais, enfim. Tais imagens vão, paulatinamente, formando o imaginário individual e social de grande parte da sociedade (SILVA, 2004, p. 09-10).

Ao ser detentora dos meios de comunicação, a elite marginaliza os trabalhadores rurais sem terra, criando uma imagem distorcida. Na grande maioria, aqueles que estão no movimento sem terra são sujeitos excluídos da sociedade, desempregados ou com o subemprego, os sobrantes. São pessoas vistas como “o sem história”, abandonados a própria sorte pelos donos do poder.

Embora também façam parte da sociedade, homens e mulheres promovem as transformações pelo trabalho, nas roças, na produção do alimento das suas famílias e da sociedade onde vivem. Dessa forma, a negação dos direitos dos trabalhadores rurais é também a negação da sua cidadania. Dona Carmem relata com tristeza a sua experiência:

Olha a minha vida como era tão difícil, tão difícil que tá sendo difícil para mim agora, já não tem a saúde tinha. O Baiano também tinha saúde que sobrava, não tinha nada a única coisa que ele tinha era de uma hérnia, de vez em quando ia no médico para fazer um exame para fazer a cirurgia. Olha, foi assim que morreu de câncer né, ele começou a tossir, foi no médico. Ai todo vez já tava no medico de novo, começou fazer exame, exame um atrás do outro. O medico pediu um deles, ai a gente esperando, eu lembro que fiquei mais de dois anos esperando exame. Nesse ano ele não aguentou e se foi, ai fico pensando, meu deus, mais um se foi e não viu a terra (Roda de Conversa, 2019).

Muitos companheiros de luta morreram por doença ou por assassinato. Durante esses anos de acampados houve desistências e resistências. Muitas desistências ocorreram em função das pelejas, das sinistras condições de moradias nos barracos de lonas quentes mediante as precariedades das condições de sobrevivências. Os companheiros entrevistados acompanharam as desistências dos demais, com muita apreensão e dor. Ao vermos os sonhos ruindo, as esperanças destruídas, a longa espera pela que não termina devido à morosidade do poder público em agilizar o processo de licenciamento ambiental e criação do assentamento.

Nosso sentimento é o mesmo de Salviana ao dizer: “nós estamos esperando aqui um documento há dez anos. Vai às reuniões no Plano e eles fala que é o IBRAM que tem que dar a licença ambiental, para criação do assentamento” e vira um jogo de empurra. “imagino que daqui a dez anos eu não tenho esperança de ficar na terra”. Mesmo com os conflitos no acampamento, as doenças, as desavenças, Dona Carmem revela que já passou por tantas coisas no acampamento “eu tive na beira da morte e já passei por muitas vezes. A gente sabe da violência vivida aqui, de queima de barraco, da morte de pessoas na família... que cena que passa”. São os estigmas que os longos anos imprimiram na memória dos companheiros que a todo o momento revela a angústia da espera, conforme afirma SILVA:

{...} O passado revive ao ser lembrado, é como se o morto ganhasse vida. Mais ainda. Nenhum projeto presente pode ser elaborado sem o conhecimento do passado. Partir do presente, com os olhos voltados para o passado, mas em direção ao futuro (SILVA 2004 p.31).

Ainda que distante, o passado traz ao presente as dores, angústias e frustrações que não se apaga da memória daqueles que vivenciaram e vivenciam a saga da violência. A morte dos severinos, seja física, seja dos sonhos e da esperança se junta à fala de Dona Salviana e da Dona Carmem para mostrar a árdua luta da busca pela terra. João Cabral de Melo Neto em *Morte e Vida Severina* dá a conhecer para nos acampados um pouco desse processo de angústia, desesperanças e dor que inclui a morte:

– E sabes quem era ele,
irmãos das almas
sabeis como ele se chama
ou se chamava?
– Severino Lavrador,
irmão das almas,
Severino Lavrador,
mas já não lava.
(MELO NETO, 2000, p. 47)

A morte é indiferente a nossa vontade, mesmo com tantas perdas, tantas pejejas, tantos desafios estamos firmes, somos lavradores que aguardamos a decisão do poder público para ser assentados. A fala do João Mineiro revela essa situação, quando o mesmo afirma:

Não dá para esperar mais, porque eu pouco compro as coisas da cidade. Aqui já tem planta dando a alimentação, que produzimos aqui mesmo, para poder pra comer com qualidade. Tudo sem veneno nenhum. Porque o INCRA não faz reforma agrária ninguém sabe, o que eu vou fazer daqui pra frente e continuar agora esperando ate momento de criar o assentamento na comunidade aqui. Já tô velho esperando. Eu entrei aqui com 49 anos, estou com 63 quase 20 anos assim de sonho. O sonho pra mim, tratar de tudo né, meu espaço, mesmo que for pequeno, pra plantar mais café, plantar mais um pouquinho de tudo; eu fico praticamente com o quintal. Sabe como é aqui no sem terra. Não tem a terra para produzir (Roda de conversa, 2019).

Hoje, nós acampados, vivemos da própria produção em nossos quintais, plantamos tudo muito misturados devido à falta de espaços para o plantio. Mesmo sem perceber fazemos nossas agroflorestas, podem-se perceber nos quintais as variedades num mesmo espaço como o plantio de mandioca, abóbora, feijão, café, canas, milho, plantas medicinais, hortaliças e as frutíferas ao meio das plantas nativas do cerrado. Misturados a tudo isso as criações de animais de pequeno porte como galinhas e porcos. Dessas produções que a comunidade sobrevive como relata Salviana, ao falar acerca da importância da terra:

Prá ver agora, a minha neta foi nascida na beira da estrada, já é menina, uma moça. Terra para mim, eu acho que é assim: será uma certeza de ter uma garantia que a gente vai produzir pra sobreviver, não tem que comprar muitas coisas no mercado. Graças a Deus, muitas coisas eu não compro, porque a gente faz aqui mesmo. Olha aqui, pra casa, eu não comprei mais galinha, ovos, não compra mandioca, produz aqui a farinha. A alimentação aqui de casa e da família é praticamente daqui do quintal. Agradeço a Deus demais, aí que se eu fosse comprar tudo que a gente não dava conta. Além do preço, ainda tem a questão do alimento que tem na cidade, alimento que a gente sabe de onde vem, das lavouras grandes que enche de veneno tudo (Roda de conversa, 2019).

Viver no Acampamento Renascer, mesmo com tantas ausências, para cada um de nós, este é o nosso lugar, esse é o nosso povo. Aqui encontramos nossos pares. Aqui conseguimos produzir nossa comida de verdade, de forma orgânica, mesmo em pequenos espaços, como nos quintais. Encontramos e fizemos amigos, companheiros, com quem promovemos nossas festividades culturais e religiosas. De acordo com Silva,

O lugar define o pertencimento social, o enraizamento em um determinado território. Portanto, o território não diz respeito apenas ao espaço geográfico, físico, mas também ao espaço simbólico, que o envolve com significados da cultura e da vida social ali existente. (SILVA, 2004, p.25).

O sujeito do campo é, portanto, essa mistura de terra, tão vital, indispensável para sua vida. O camponês compreende que o seu lugar é onde possa produzir seu próprio alimento, onde possa vivenciar sua cultura e suas crenças, como reflete a fala de João Mineiro:

Eu tô fazendo a minha parte né, aqui não tinha nada, só uns pés pequi aqui no meio do capim. Hoje já tem muito pau, tá diferente agora, tem bananeira, tem amora, tem laranja tem goiaba, tem manga produzindo né, até safrão. Aquela visão que sem terra destrói aqui todo mundo já tem suas práticas, os quintais tá cheio de planta (Roda de conversa, 2019).

Nessa trajetória toda, há um componente que não podemos deixar de apresentar, que é a produção dos saberes pelos acampados. São saberes advindo das experiências e vivências dessas pessoas mais velhas que compartilham o uso das plantas medicinais e as formas de plantio, as garrafadas, os conhecimentos de agroecologia, a forma de tratar a terra, a seleção das sementes crioulas e outros conhecimentos que possibilitam as gerações a perceberem o real valor da terra.

Nesse sentido, a comunidade pretende preservar essa memória para que os saberes não se percam e não acabem junto com aqueles que os detêm. Trata-se de duas visões de mundo: a do camponês e a do agronegócio. Na visão do agronegócio, que segue a lógica das grandes plantações de monocultura, os povos do campo não têm saberes. No entanto é a forma com que esses povos produzem seus alimentos, respeitando a diversidade de suas crenças, culturas, tradições e conhecimentos fazem a diferença no modo de produzir. O senhor João Mineiro traz os costumes das ancestralidades nos plantios das roças e se orgulha em pertencer ao acampamento Renascer.

Na época certa de plantar você planta, ver a lua Primeiro. Se ela é nova ela vai dar bronca, então tem que planta orientado pela lua, se você quiser que a planta tem força e saúde. Aprendei isso de geração mesmo, com eles, meus avós e pai já plantava assim. Na parte boa de plantar, em novembro, dia primeiro de novembro, é dia de quê a rota da lua nova. Deixa passar o período da nova. Pode três dias depois não tem problema mais, já perdeu a força da nova, toco à vontade pra fazer as roças. O problema de morar aqui e a água na seca né, no resto graças a Deus tudo beleza. O problema aqui e a água não tem para plantar. E água e a terra, sem elas não faz nada né, tem água e a terra tem tudo. A gente faz uma hortinha que tem um cheiro verde, planta tomate, planta cebola tudo da natureza, sem veneno né (Roda de conversa, 2019).

Os modos de produção atrelados com os saberes abre a reflexão do novo ensinamento e aprendizado para as futuras gerações. Busca-se uma forma de produzir, desvinculado do modo

de produção existente – com o uso extensivo de veneno – capaz de lidar com as pragas que atingem as plantações de forma natural, com base nos saberes ancestral. Pois ao enraizar a cultura da ancestralidade constrói nela a identidade do sujeito digno de sentir pertencente ao povo do campo, participando de uma coletividade. Neste caminho que a comunidade percorre o manejo agroecológico, das suas roças de quintais, uma vez que o espaço de produção para os acampados são limitados.

Eu tomei a roça pra morar, na rua... não me vejo morando fora daqui, eu não quero morar lá fora, eu quero ficar onde estou mesmo aqui. [...] Para mim, vou acabar de terminar os meus dias de vida aqui na roça, eu gosto e a vida do campo é muito gostosa, aqui na comunidade. Hoje infelizmente, até hoje eu não me adaptei na cidade, sou homem da roça, de menino criado na roça, desde daquela época de criança. Esperando em Deus, vamos empurrando o dia até a idade dá conta de andar pra frente (roda de conversa, 2019).

Os relatos dos entrevistados levam a acreditar que há um chamado, marcado por dificuldades, possibilidades e desafios para uma nova proposta de vida. Ao mesmo tempo em que confirmamos que há um chamado, entendemos que ele faz parte de uma trajetória da sina dos milhões de brasileiros, “severinos” que andam em busca de um pedaço de terra. São retirantes que sonham com uma vida farta, digna, embalados pelo desejo de uma vida em comunhão com a terra, com as pessoas, uma vida plena. A esperança é o fio condutor de viver dias melhores. É o que nos move no Renascer.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*– Severino retirante,
deixe agora que lhe diga:
eu não sei a resposta
da pergunta que fazia,
se não vale mais saltar
fora da ponte e da vida;
nem conheço essa resposta
se quer mesmo que lhe diga
é difícil defender,*

*só com palavras, a vida,
ainda mais quando ela é
esta que se vê, Severina;
mas se responder não pude
à pergunta que fazia,
ela, a vida a respondeu
com sua presença viva.
(MELO NETO, 2000, p. 79-80)*

Temos muitas indagações a respeito dos nossos destinos, os caminhos que se desdobram em nossas vidas. Caminhamos com muita esperança e determinação para a concretização do sonho da terra prometida. Decorridos esses quinze anos de espera, conquistamos alguns avanços.

No ano de 2014 o INCRA elaborou o projeto de Pré-Assentamento Renascer, incluindo na Gleba 127 o Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD que estão localizados na parte superior próximo ao espaço da EMBRAPA nomeada de Acampamento Palmares.

Com a junção dos Acampamentos, Renascer e Palmares, a Gleba 127 da Fazenda Sálvia - Zona Rural Sobradinho DF foi renomeada para Pré-Assentamento Renascer Palmares. Embora no último levantamento do INCRA, tenham sido cadastradas 102 famílias (existem no acampamento famílias com moradias sazonais, de fins de semana), portanto, a totalidade de moradores acampados é de 85 famílias, aguardando a criação do assentamento, que está dependendo do Licenciamento Ambiental do IBRAM.

Para que o processo da criação do assentamento Renascer Palmares pudesse se encaminhar junto ao poder público, foi necessária a criação de uma nova associação, denominada “Associação dos Produtores Agroecológicos da Comunidade que Sustenta o Extrativismo Renascer Palmares – CSE-REPAL”, registrada em cartório, no mês de outubro de 2018. O movimento das CSAs (Comunidade que Sustenta a Agricultora) motivou a criação da CSE (Comunidade que Sustenta o Extrativismo) na exploração dos frutos do cerrado para geração de renda das famílias acampadas, tanto na fabricação dos artesanatos, quanto das produções dos alimentos.

Para além do extrativismo a CSE-REPAL foi criada com o objetivo de unir as duas comunidades Renascer e Palmares para que fortalecemos na luta diante do poder público, pois na Comunidade não havia base organizativa que pudesse fazer frente nos órgãos competentes para a criação do assentamento.

Com a Associação já avançamos no ano de 2019, junto ao INCRA em reuniões com o presidente da instituição e equipes cobrando as demandas da comunidade. Dentre demandas de terra e água: a criação do assentamento que segundo a equipe da presidência o IBRAM precisa primeiramente criar e publicar a portaria da Licença Ambiental. Água, conseguimos a outorga expedida pela ADASA de cinco poços artesianos. Estamos com um poço artesiano na fase inicial em perfurado em dezembro de 2019 e até o momento, necessita da conclusão do poço para que a comunidade Renascer Palmares possa ter água para as necessidades a saúde básica humana.

Em reunião no INCRA no mês de maio de 2019, cobrando a conclusão do poço, fomos informados pelo Setor de Desenvolvimento que devido aos cortes da verba pública pelo presidente da República, afetou também o INCRA, e estão aguardando a liberação de verbas para que o poço seja concluído. Porém, estamos na cobrança diária dos nossos direitos a Terra e a Água.

Quanto ao IBRAM, estivemos reunidos com o Procurador geral, no mês de junho, e conseguimos que a equipe terminasse os estudos no prazo de 45 dias para levar a audiência pública e com isso emitir em forma de decreto junto a Câmara dos Deputados a Licença Ambiental do Pré-assentamento Renascer Palmares. Estamos acompanhando bem de perto esses trâmites dentro do poder público. Mesmo conhecendo a morosidade existente ao longo desses dez anos de luta, a Comunidade Renascer Palmares acredita e se desfia na luta por nossos direitos.

Estamos nessa luta a dez anos, morando no Pré-Assentamento, que tem sido espaço de muitas alegrias, aprendizados e também de desavenças e muitos conflitos. Atualmente estamos em momento de aparente paz, mas somente em aparências, pois a paz nessa comunidade parece ser algo que ainda está muito longe de acontecer.

Pela morosidade dos órgãos públicos, a comunidade encontra-se em atual desespero pela aquisição da terra e com isso temos acampados cortando a terra na corda, fazendo as malditas cercas de arrame nas áreas que são coletivas, gerando assim desconfortos e conflitos dentro da comunidade.

Acossado dos dois lados, a paz e o conflito, resta o sonho da conquista da terra, que trazemos para as mulheres e homens que compreendem que precisam pensar fazer a diferença no modo de viver, para que as futuras gerações valorizem os saberes, as culturas, a organização nesse processo de conquista da terra.

Aprendemos neste espaço de luta que precisamos estar cada dia mais unidos, no mesmo desígnio somente assim, o coletivo ganha forças para apresentar e cobrar do poder público as demandas da comunidade. Somente assim, como coletivos unidos no mesmo objetivo, o poder

público possa nos reconhecer como senhoras e senhores de direitos. Os diversos direito a ser conquistada, assim para nós a terra, que não é algo dado, têm que estar em constante labuta todos os dias.

Portanto, como forma de inovar a valorização das memórias dos acampados, trago para esta pesquisa as narrativas de vida das pessoas que fazem parte do coletivo da luta pela terra, no Renascer Palmares. Para que a comunidade seja reconhecida pelas autoridades e pela sociedade que sem terra não são os “Joãos Ninguéns”, os arruaceiros, os vagabundos conforme apresenta a mídia de massa, é necessário o entendimento de que somos sim, mulheres e homens que aprendem e lutam nos movimentos sociais e sindicais pela garantia dos nossos direitos: à terra, água, saúde, educação, moradia e, sobretudo, o respeito ao ser humano.

Nesse sentido, a Licenciatura em Educação do campo, cumpre um papel importante, ao trazer os princípios da Educação do Campo, que propõe articular as experiências históricas de lutas e resistências, das organizações escolares e não escolares e movimentos do campo, que vêm se articulando para construir uma educação que seja no e do campo, com base nos princípios da Educação Popular. Ao vivenciar a LEdoC e seus componentes curriculares fui despertada para um olhar mais acurado sobre a realidade do Acampamento e para além dele, o que me propiciou fazer uma leitura da realidade e suas contradições e poder me posicionar criticamente e contribuir com as ações necessárias às transformações sociais, quando necessário. E foi assim que assumi a presidência da Associação CSE-REPAL, por entender que esta seria uma tarefa necessária para articulação política do Acampamento, no sentido de apresentar as demandas da comunidade aos poder público e exigir a efetivação das políticas públicas na comunidade.

5. REFERENCIAS

ALENTEJANO, Paulo. **Terra**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Organização). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

ARROYO, Miguel G. **Pedagogias em Movimento** – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? In: Currículo sem Fronteiras, v.3 n.1 pp: 28-49. Jan – Jun: 2003.

BALDUÍNO, Dom Tomás. O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo, Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASÍLIA. **Desenvolvimento Humano para Além das Médias: 2017**. – Brasília: PNUD: IPEA : FJP, 2017.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DELGADO, Guilherme Costa. **Terra, trabalho e dinheiro: regulação e desregulação em três décadas da Constituição Federal de 1988**. São Paulo: 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Acampamento**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Organização). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GOMES, Romeu. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Informação demográfica e socioeconômica. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016**. Rio de Janeiro, Estudos & Pesquisas, 2016.
Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>.

KLUGMAN, Jeni et. al. **A Verdadeira Riqueza das Nações:** Vias para o Desenvolvimento Humano. Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 Edição do 20º Aniversário. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), 2010.

Disponível em:

http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-PNUD_HDR_2010.pdf

MARGUTI, Bárbara Oliveira; PINTO, Carlos Vinícius da Silva; ROCHA, Betty Nogueira; COSTA, Marco Aurélio; CURI, Rodrigo Luis Comini. **A nova plataforma da vulnerabilidade social: primeiros resultados do índice de vulnerabilidade social para a série histórica da pnad (2011-2015) e desagregações por sexo, cor e situação de domicílios.**

Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180515_relatorio_institucional_a_nova_plataforma_da_vulnerabilidade_social.pdf.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo, Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina e outros poemas para vozes.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOLINA, Mônica Castagna, SÁ, Lais Mourão. **Licenciatura em Educação do Campo.** In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Organização). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politênica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

OXFAM BRASIL. **Terrenos da desigualdade:** Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. Informe da Oxfam Brasil. Novembro de 2016.

Disponível em:

https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação:** liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ROSA, Marcelo Carvalho. **Ocupações de terras.** In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Organização). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politênica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SAUER, Sérgio. Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra:** experiência e memória. São Paulo: Unespe, 2004.

SOUZA, José Martins de. **O sujeito oculto:** ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

STARLING, Heloisa Maria Murgel; BRAGA, Pauliane de Carvalho (Org.). **Sentimentos da terra:** imaginação de reforma agrária, imaginação de república. Belo Horizonte: PROEX, 2013.

UNIVERSIDADE DE BARSÍLIA. Faculdade UNB Planaltina. **Licenciatura em Educação do Campo:** Projeto Político Pedagógico do Curso (PPP). Maio/2009.

WOORTMANN, Ellen F. **O saber tradicional camponês e inovações.** In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo, Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

<https://nacoesunidas.org/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2010-analise-das-tendencias-de-40-anos-revela-que-as-nacoes-pobres-obtem-ganhos-de-desenvolvimento-com-maior-rapidez/>
(último acesso em 01 de julho de 2019)

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DAS/OS PARTICIPANTES DA PESQUISA:

MEMÓRIA VIVA DO ACAMPAMENTO RENASCER: trajetória de luta e resistência pelo Sonho de conquistar a terra

Pesquisa realizada pela graduanda em Educação do Campo, área de linguagem, Maria de Fátima Alves dos Santos, RG nº _933277, Órgão emissor: SSP/DF, CPF nº 444.456.101-78, telefone (61) 992769565, endereço eletrônico: fatimaalves6637@gmail.com

Coordenadora da pesquisa: Prof^a Dr^a Maria Osanette de Medeiros (osanette@terra.com.br)

A pesquisa objetiva Compreender como se deu o processo de ocupação do acampamento Renascer para tecer a história e registrar a memória desde a ocupação aos dias atuais.

Os dados gerados irão compor uma produção escrita, em forma monografia e poderão ser utilizados em eventos acadêmicos, científicos e didáticos e encaminhados para publicação, tanto na área de educação, quanto em áreas afins.

As/os participantes da pesquisa a fazem de forma voluntária e são livres para, a qualquer momento que desejem e em qualquer fase da pesquisa, recusarem-se a participar ou retirar seu consentimento de participação, sem qualquer prejuízo a elas/eles mesmas/os e à pesquisadora. Asseguramos total sigilo das informações, depoimentos e dos dados fornecidos, utilizando pseudônimo para manter o anonimato de sua identidade, dentro dos princípios éticos da pesquisa.

Eu, _____

Carteira de identidade nº _____

Telefone: (DDD) _____

Declaro que li este documento e quadro-síntese da pesquisa. Entendi os propósitos da mesma e sinto-me esclarecida (o) a participar da pesquisa, dando o meu consentimento livre.

Assinatura: _____

Data: __/__/__.

ANEXO II - Fotos dos moradores que participaram da /roda de Conversa - 2019

Figura 1: Dona Joana, moradora do Acampamento Renascer, 2019.



Fonte: arquivos da autora,

Figura 2: Dona Salviana, membro da roda de conversa, Acampamento Renascer, 2019.



Fonte: arquivos da autora

Figura 3: Roda de conversa, Acampamento Renascer, 2019.



Fonte: arquivos da autora

Figura 4: Senhor Zacarias, produção de milho crioulo, Acampamento Renascer, 2019.



Fonte: Arquivos da autora

Figura 5: Dona Carmen em seu quintal de ervas medicinais, Acampamento Renascer, 2019.



Fonte: Arquivos da autora

Figura 6: Seu João Mineiro, produção de café, Acampamento Renascer, 2019.




Fonte: Arquivos da autora

Figura 7: Zé Coco, morador do Acampamento Renascer, 2019



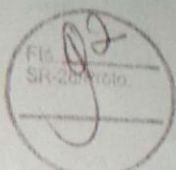

Fonte: Arquivos da autora

**ANEXO III - TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO (gleba 127 fazenda Sálvia
da união para o INCRA, abril de 2009)**



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
GERÊNCIA REGIONAL DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL

GLEBA 127

CERTIFICO, que revendo o Livro nº 5, de Registro de Atos relativos a aquisição, alienação, cessão, aforamento e outros, concernentes a imóveis do patrimônio da União, desta Gerência Regional do Patrimônio da União no Distrito Federal, nele encontrei lavrado às fls. 102/104, o seguinte **TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO**, do imóvel constituído por parte de área, com superfície de 760,9281 hectares, localizada na Fazenda Sálvia, Distrito Federal, que entre si fazem, como Outorgante, a **UNIÃO** e, como Outorgado, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, conforme processo nº 04991.002305/2008-57. Aos trinta (30) dias do mês de abril do ano de dois mil e nove (2009), na Gerência Regional do Patrimônio da União no Distrito Federal - GRPU/DF, situada no SAN, Quadra 03, Lote A, 2º andar, Ala Sul - Edifício Núcleo dos Transportes - Brasília - Distrito Federal, compareceram partes entre si justas e acordadas, a saber: de um lado, a **UNIÃO**, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União - SPU, representada neste ato, de acordo com o artigo 1º, da Portaria SPU nº 40, de 18/03/2009, por sua Gerente Regional do Patrimônio da União no Distrito Federal, Senhora Lúcia Helena de Carvalho, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº 272097 - SSP/DF, e inscrita sob o CPF nº 085.453.241-20, residente nesta capital e, de outro lado, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, neste ato, representado pelo seu presidente, Senhor Rolf Hackbart, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 6018605094-SSP/RS, e inscrito sob o CPF nº 266.471.760-04, residente e domiciliado nesta capital, e as testemunhas qualificadas e assuadas ao final do presente Termo. E, na presença das mesmas testemunhas, foi dito que: ***Cláusula Primeira*** - a **UNIÃO** é senhora e legítima proprietária de parte da área, com superfície de 760,9281 hectares, inserida na Fazenda Sálvia, Distrito Federal, com 10.787,60 hectares de superfície total, adquirida por força da Carta de Adjudicação, expedida em 03/06/95, pelo juízo de Direito da 16ª Vara da Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo, subscrita pela MM. Juíza Drª Ramza Tartuce Gomes da Silva e extraída dos autos da Ação Ordinária - Processo nº 1176072, devidamente registrada sob o nº R-1-148276, Livro 2 - Registro Geral, Cartório do 3º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal e AV.2.148276 que retificou a área total da fazenda para 10.848,66 hectares. ***Cláusula Segunda*** - a aludida área assim se descreve e caracteriza: Inicia-se a descrição do perímetro da área no vértice p 1, de coordenadas N 8.267.789,090m e E 206.729,140m, situado no canto mais ao Norte do imóvel, no limite da EMBRAPA com a Chácara 194 da Fazenda Sálvia. Deste, segue confrontando com a referida fazenda com os seguintes azimutes planos e distâncias: 128°55'30" e 865,17m, até o vértice DHCM0124, de coordenadas N 8.267.245,503m e E 207.402,212m; 143°39'51" e 1.950,50m, até o vértice p 2, de coordenadas N 8.265.674,262m e E 208.557,921m; 143°39'51" e 1.564,32m, até o vértice p 3, de coordenadas N 8.264.414,112m e E 209.484,811m; 248°14'59" e 208,01m, até o vértice p 4, de coordenadas N 8.264.337,031m e E 209.291,610m; 260°24'15" e 117,94m, até o vértice p 5, de coordenadas N 8.264.317,371m e E 209.175,323m; 228°24'44" e 190,85m, até o vértice p 6, de coordenadas N 8.264.190,692m e E 209.032,580m; 235°28'41" e 262,99m, até o vértice p 7, de coordenadas N 8.264.041,650m e E 208.815,901m; 254°59'35" e 156,83m, até o vértice p 8, de coordenadas N 8.264.001,041m e E 208.664,421m; 259°19'58" e 639,27m, até o vértice p 9, de coordenadas N 8.263.882,710m e E 208.036,202m; 288°01'26" e

164,41m, até o vértice p 10, de coordenadas N 8.263.933,581m e E 207.879,860m; 308°52'31" e 718,37m, até o vértice p 11, de coordenadas N 8.264.384,450m e E 207.320,601m; 308°52'31" e 1.659,33m, até o vértice p 12, de coordenadas N 8.265.425,891m e E 206.028,792m; 308°52'21" e 132,43m, até o vértice p 13, de coordenadas N 8.265.509,002m e E 205.925,690m; 333°40'32" e 94,95m, até o vértice DHCM0127, de coordenadas N 8.265.594,192m e E 205.883,586m; 333°16'24" e 909,40m, até o vértice DHCM0130, de coordenadas N 8.266.406,340m e E 205.474,600m; 48°43'52" e 356,44m, até o vértice DHCM0114, de coordenadas N 8.266.641,447m e E 205.742,510m; 40°41'08" e 1.513,45m, até o vértice p 1, ponto inicial da descrição deste perímetro, que totaliza a área de 760,9281 ha. **Cláusula Terceira** - neste ato, a Outorgante formaliza a transferência do imóvel ao Outorgado, que se incumbirá da administração, uso, conservação e demais responsabilidades sobre as despesas oriundas da unidade destinada à realização de projeto de reforma agrária, para o assentamento de famílias carentes integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados - MTD, do Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural - MATR e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. **Cláusula Quarta** - que, tendo em vista o disposto na Portaria nº 62, de 23/04/2009, da Secretaria do Patrimônio da União, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 24 de abril de 2009, e, com fundamento nos arts. 9º, inciso I, e 10, § 3º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e no art. 23 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, a União transfere para o patrimônio do Outorgado o domínio da área anteriormente descrita e caracterizada na Cláusula Segunda, para finalidade expressa na Cláusula Terceira, livre e desembaraçado de todo e qualquer ônus judicial ou extrajudicial, hipoteca legal ou convencional, ou, ainda, qualquer ônus real, repassando, por consequência, todo o domínio, ação, servidão ativa, senhorio e posse que sobre o referido imóvel vinha exercendo, obrigando-se, finalmente, a fazer a transferência que ora se efetiva boa, firme e valiosa a todo e qualquer tempo, pondo o adquirente a salvo de contestações futuras e a responder pela evicção de direito. **Cláusula Quinta** - é vedado o parcelamento do imóvel objeto deste termo por parte dos beneficiários do programa de assentamento. **Cláusula Sexta** - o Outorgado obriga-se à apresentação do competente anteprojeto/plano de utilização de forma a contemplar o aproveitamento racional e adequado do bem público, respeitando os recursos naturais existentes e observando a legislação ambiental de regência, a cargo dos respectivos movimentos sociais que também poderão contar com o auxílio e as orientações da Escola Técnica Federal de Planaltina-DF. **Cláusula Sétima** - fica o INCRA obrigado a usar a marca do Governo Federal, em placa a ser fixada no local, de acordo com o art. 3º da Portaria SPU nº 122, de 13/06/2000. Pelo Outorgado, por intermédio do seu representante, ante as testemunhas presentes a este ato, foi dito que aceitava o presente termo, em todo o seu conteúdo e sob o regime estabelecido, para que produza os devidos efeitos jurídicos. E, assim, por se acharem ajustados, assinam a UNIÃO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, por intermédio de seus representantes, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas e identificadas, presentes em todo o ato, depois de lido e achado conforme o presente instrumento o qual é lavrado na Gerência Regional do Patrimônio da União no Distrito Federal, valendo o mesmo como Escritura Pública de acordo com o artigo 13, inciso VI, do Decreto-lei nº 147, de 03 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 10, da Lei nº 5.421, de 25 de abril de 1968. E eu, Mauro Henrique Costa Sousa, matrícula SIAPE nº 112272, lavei o presente **TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO**. (aa) Mauro Henrique Costa Sousa - Lúcia Helena de Carvalho - Rolf Hackbart - Alice Cabiló de Barros - Lucilane Cardozo de Almeida. E eu, Mauro Henrique Costa Sousa, extrai a presente **CERTIDÃO DE TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO**, que vai assinada pela Gerente Regional do Patrimônio da União no Distrito Federal, Lúcia Helena de Carvalho, Brasília-DF, 30 de abril de 2009.

